

A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM UMA PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR: UM ESTUDO DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Evellyn Lapa Falcão de Carvalho¹

Gitana Carvalho Danyalgil²

Hugo Monteiro Ferreira³

RESUMO

A lógica neoliberal está pautada na produtividade e no ranqueamento dos alunos onde não há espaço para o erro. Os estudantes lidam com a culpa e o fracasso, muitas vezes, de forma solitária. Este artigo objetiva investigar, através de uma revisão bibliográfica, a relação entre a avaliação da aprendizagem e o sofrimento dos estudantes. Diante da vasta produção acadêmica a respeito do processo avaliativo, para esta pesquisa foram utilizadas quatro obras clássicas a fim de sintetizar as principais ideias a respeito da avaliação da aprendizagem na perspectiva disciplinar e da abordagem transdisciplinar. Percebeu-se que a avaliação disciplinar tem trazido a competição, a falta de empatia, a culpa e o sentimento de fracasso que a longo prazo são adoeceadores. Faz-se necessário que a avaliação esteja pautada em elementos transdisciplinares que além de olhar o ser humano em sua integralidade, está baseada em aspectos multidimensionais e multirreferenciais.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, disciplinar, transdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

Ainda hoje, no Brasil, costumamos ouvir dos estudantes, durante a semana de provas, frases como: “estou nervoso”, “me deu um branco”, “ não dormi direito”, “eu odeio semana de provas”, etc. Ainda que as pesquisas no campo da avaliação tenham crescido, muitos estudantes ainda vivem uma lógica avaliativa que traz momentos de grande sofrimento e angústia.

O artigo 24 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira nº 9.394/1996) em seu inciso V orienta sob quais critérios a avaliação do rendimento escolar deve obedecer:

- a. Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período
- b. Sobre os de eventuais provas finais;
- c. Possibilidade de aceleração de estudos para alunos
- d. Com atraso escolar; e) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. (LDB, 1996)

¹ Mestranda do Programa de Educação Culturas e Identidades da Universidade Federal de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco - PE, evellynlapa@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Educação Culturas e Identidades da Universidade Federal de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco - PE, gitanadanyalgil@hotmail.com;

³ Professor Orientador. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Professor permanente e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades - PPGECI - (UFRPE/FUNDAJ). Coordenador do GETIJ - Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade, da Infância e da Juventude, hmonteiroferreira@yahoo.com.br.

Para melhor situar a abordagem metodológica do presente trabalho começamos pelo problema que inicia a investigação: o que dizem os teóricos sobre a contribuição da avaliação em uma abordagem transdisciplinar e o que adocece os nossos alunos na abordagem disciplinar? Partindo-se da hipótese que a avaliação da aprendizagem na lógica disciplinar pode ser instrumento de sofrimento, este artigo objetiva investigar, através de uma revisão bibliográfica, a relação entre a avaliação da aprendizagem e o sofrimento dos estudantes.

Temos das mais diversas realidades a respeito da avaliação nas escolas brasileiras. Segundo Perrenoud (1999, p.11) “descrever a avaliação como oscilando entre duas lógicas apenas é evidentemente simplificador”. Há escolas que têm avançado em uma avaliação mais participativa, processual e formativa. No entanto, porque muitos de nossos alunos, ainda, sofrem quando se deparam com a avaliação?

Há uma fissura quando se fala das emoções. Ainda existe no senso comum a ideia de que os seres humanos “devem deixar as suas emoções fora da sala de aula”, mas isso é possível? E o processo avaliativo? Quais impactos têm sobre os alunos? É possível discutir a avaliação tendo como categoria de análise as emoções?

Ferreira (2016, p.29) afirma que “a avaliação, o currículo, a relação docente-discente e o planejamento escolar terão interferência diretamente do paradigma com o qual dialogam.” Sendo assim, dado certo nível de realidade, a avaliação pode ter características disciplinares ou transdisciplinares. Acreditamos, como diz Hoffmann (1998), que a avaliação é movimento, então outros paradigmas podem existir, mas nos interessa, neste momento, analisar os dois supracitados.

A lógica neoliberal está pautada na produtividade e no ranqueamento dos alunos. O aluno tem que ser o melhor, sempre tirar nota 10 e jamais fracassar, tampouco, errar. Ele deve ser o melhor no prazo estabelecido. Neste modelo social, não somos o erro e o acerto. Só há espaço para um.

Não pretendemos com esta pesquisa criar uma caça às bruxas onde o professor é o culpado e os alunos são suas vítimas. A transdisciplinaridade nos ajuda a sair dessa dicotomia do bem e do mal e entendermos que as práticas estabelecidas em sala de aula vão muito além da causalidade. Estamos inseridos em uma lógica disciplinar em que muitos anseios são alimentados. O mundo, o Estado, a escola, a sociedade, os professores, os próprios estudantes têm anseios em relação a avaliação.

Há uma logicidade estabelecida que adocece. Nossos estudantes estão doentes: deprimidos, cansados, estressados. A relação com a aprendizagem tem se colocado tão desafiadora quanto às relações de trabalho. Estudos apontam que os estudantes já são diagnosticados com a síndrome de Burnout (SANTOS et al., 2019).

Nesse sentido, temos como objetivo principal compreender a partir dos estudos de Hoffmann (1998), Luckesi (2011), Perrenoud (1999) como a avaliação disciplinar tem causado danos nas emoções dos nossos estudantes e à partir dos estudos de Ferreira (2016) como a abordagem transdisciplinar pode contribuir para uma avaliação dialógica, mais humana e não adoecedora.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de revisão bibliográfica “uma forma de pesquisa que utiliza fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para obtenção de resultados de pesquisa de outros autores, com o objetivo de fundamentar teoricamente um determinado tema.” (Botelho, Cunha e Almeida 2011, p.124)

Desenhemos a pesquisa bibliográfica a partir da abordagem qualitativa uma vez que a transdisciplinaridade entende o ser humano como ser indissociável e que está mergulhado em uma realidade complexa. Desta forma, nos permitiu organizar e sistematizar a leitura a partir de unidades de interesse.

Para as nossas análises, elegemos os estudos de Ferreira (2016), Hoffmann (1998), Luckesi (2011) e Perrenoud (1999) para compreender como a avaliação disciplinar tem se colocado como instrumento adoecedor e a possível possibilidade de saída através da educação integral e da transdisciplinaridade.

Utilizamos técnicas relacionados ao campo teórico: leituras de livros, artigos e construção de fichas de leitura para o momento de análise e discussão dos dados. A construção dos resultados foi dividida em duas categorias: a) A avaliação da aprendizagem como instrumento adoecedor: a lógica disciplinar; e b) A avaliação segundo a abordagem transdisciplinar: algumas discussões.

Ainda que de maneira introdutória, este estudo, pode contribuir para análise da avaliação em um novo paradigma de estudo: o sofrimento. Destacamos que além da leitura teórica, esta pesquisa reflete também as inquietações vivenciadas em encontros de um grupo de pesquisa reconhecido pelo CNPq intitulado por “Grupo de Estudos da Transdisciplinaridade, Infância e Juventude” da Universidade Federal de Pernambuco.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação da aprendizagem como instrumento adocedor: a lógica disciplinar.

Os estudos de Ferreira (2016), Hoffmann (1998), Luckesi (2011) e Perrenoud (1999) mostram que o processo de avaliação da aprendizagem tem, muitas vezes, sido efetivado como um instrumento de reprodução da lógica neoliberal: uma avaliação disciplinar que não prioriza elementos qualitativos, mas sobrepõe e valoriza os elementos quantitativos: divide, verifica, mede, pune.

Ferreira (2016) afirma que essa avaliação disciplinar será uma avaliação psicométrica. Uma avaliação pautada nas ciências exatas e o modo de enxergar o homem a partir da medição, da divisão do conhecimento e do saber.

Será uma avaliação cujo objetivo maior é somar notas, acumular pontos verificar de modo fragmentado conteúdos ministrados. É a avaliação que se torna examinadora e não se amplia em termos multireferenciais e multidimensionais. Para esse modelo de avaliação o erro é diferença. Não existe a possibilidade de se discordar da referência ensinada visto que a referência é resultado de estudos universais, padronizados e aplicáveis para todos e todas em quaisquer circunstâncias (FERREIRA, 2016. p. 30).

Perrenoud (1999) corrobora com a ideia de Ferreira (2016) e a complexidade que envolve a avaliação ao afirmar que:

“a complexidade do problema que se deve à diversidade das lógicas em questões, a seus antagonismos, ao fato de que a avaliação está no âmago das contradições do sistema educativo, constantemente na articulação da seleção e da formação, do reconhecimento e da negação das desigualdades.” (PERRENOUD, 1999, p 10)

Acreditamos que a avaliação disciplinar assim como os autores é uma construção social e responde à um modelo de sociedade posta. Avaliação é um campo de força que hora reproduz, hora se modifica. A transdisciplinaridade nos ajuda a entender que a realidade social é em sua formação complexa. Não no sentido de uma complexidade trabalhosa, mas na ideia de que estamos entremeados, atravessados das mais diversas realidades e intencionalidades.

Hoffmann (1998, p.17) afirma que “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação.” Seu estudo tem como foco a investigação sobre a contradição entre o discurso e a prática de alguns educadores, o que é importante neste caso para entendermos como, por exemplo, a base nacional comum orienta um trabalho de avaliação que privilegie aspectos qualitativos,

mas, na ação, ainda prevalece a avaliação de aspectos quantitativos. Para tal situação, a autora busca na psicanálise sua base de argumentação ao afirmar que

encontra explicação na concepção de avaliação do educador, reflexo de sua estória de vida como aluno e professor. Nós viemos sofrendo a avaliação em nossa trajetória de alunos e professores. É necessária a tomada de consciência dessas influências para que a nossa prática avaliativa não reproduza, inconscientemente, a arbitrariedade e o autoritarismo que contestamos pelo discurso. (HOFFMANN, 1998, p. 12)

Ao trabalhar os significados da palavra avaliação com os professores, Hoffmann nos descortina por quais práticas avaliativas nossos estudantes têm sido submetidos e podemos ter um vislumbre sobre o clima escolar durante os dias de provas.

Uma professora definiu avaliação como “conjunto de sentenças irrevogáveis de juízes inflexíveis sobre réus, em sua grande maioria, culpados” Definição essa acrescida do personagem de outra professora: “São Pedro: o que decide quem entra (ou não) no céu!” (HOFFMANN, 1998, p 15)

Percebemos que há uma “pressão” sobre os alunos quando se trata da avaliação da aprendizagem, um verdadeiro terror psicológico. Segundo Luckesi (2011 p. 42) o medo é utilizado como controle social, “gera a submissão forçada e habitua a criança e o jovem a viverem a sua égide.” Os resultados no corpo e na mente são dolorosos, porque o medo freia, o medo, segundo o autor além de produzir uma personalidade submissa também cria um comportamento físico e mental tenso: “conduz às doenças respiratórias, gástricas, sexuais, etc.” (LUCKESI, 2011, p. 42)

Luckesi (2011, p. 41) afirma também que a pedagogia do exame cria um verdadeiro fetiche “uma entidade criada pelo ser humano para atender a uma necessidade, mas que se torna independente dele e o domina, universalizando-se. Cria-se um instrumento de controle que não é explicitado, mas atua no campo psicológico.”

Por outro lado, através do estudo de Hoffmann (1998) percebemos que o professor se percebe com bastante poder nessa relação comparando-se a figuras de autoridades como “juízes” e “São Pedro” muitas vezes colocando os discentes em caixinhas do “melhor” ou “pior” ou “bem” ou do “mal”. Além disso, se estabelece uma relação de culpa onde apenas o estudante errou. Fica sobre ele toda a responsabilidade e um sentimento de culpa sobre seu “insucesso” no processo de aprendizagem.

O sentimento de culpa é um dos piores sentimentos para o ser humano quando esses pensamentos são excessivos. De acordo com Souza e Silva (2018) apud Senicato e Omoto (2014), a culpabilização dos alunos e do seu contexto social pelo fracasso acaba por cristalizar

as deficiências, que são configuradas como uma realidade permanente, eximindo a escola e seus atores do dever de problematizar suas práticas e buscar soluções junto à comunidade para modificação das circunstâncias ligadas às dificuldades encontradas. O estudante fica com seu bem-estar comprometido, não consegue lidar com o erro de forma positiva e aprender com ele, tem dificuldades para buscar possibilidades e alternativas. Neste sentido, o aparente insucesso com as avaliações traz mais culpa e dor para o discente que não sabe o que fazer com este “fracasso” e que muitas vezes continua repetindo as mesmas atitudes uma vez que faz parte de uma lógica que precisa de melhores e piores para medir o sucesso do processo de aprendizagem.

O autocontrole psicológico, talvez, seja a pior forma de controle, desde que o sujeito é presa de si mesmo. A internalização de padrões de conduta poderá ser positiva ou negativa para o sujeito. Infelizmente os padrões internalizados em função dos processos de avaliação escolar têm sido quase todos negativos. (LUCKESI, 2011, p. 43)

Quando analisamos o discurso da professora em Hoffmann (1998) ao aludir passar nas provas a merecer o paraíso, infelizmente, não percebemos nesse discurso a avaliação como ponto de partida, uma oportunidade de perceber os conhecimentos já adquiridos, mas um processo de punição, de exclusão. O aluno culpado terá como consequência o seu expurgo do paraíso.

Essas sentenças periódicas terminais, obstaculizam na escola a compreensão do erro constitutivo e de sua dimensão na busca de verdades. Impedem que professores e alunos estabeleçam uma relação de interação a partir da reflexão conjunta, do questionamento, sobre as hipóteses formuladas pelo educando em sua descoberta do mundo. Resulta daí, da mesma forma, uma relação de antagonismo (professor e aluno) que leva a sofridos episódios de avaliação. Sentenças irrevogáveis. Juízes, inflexíveis. réus, em sua maioria, culpados. O professor cumpre penosamente uma exigência burocrática e o aluno, por sua vez, sofre o processo avaliativo. (HOFFMANN p.19)

O estudo de Hoffmann também nos dá um dado muito importante quando diz que “grupos de professoras de 5ª a 8 série do 1 grau, e do 2º e 3º graus se apresentam como os mais resistentes em vencer o equívoco dessa relação estabelecida a respeito dos pressupostos conceituais, a relação estabelecida entre esses professores é “do tipo: ‘dar nota é avaliar’, ‘fazer prova é avaliar” Grandes equívocos em relação ao conceito do que é avaliação e que se traduz nas práticas dolorosas a que nosso estudantes são submetidos.

Da pré-escola à universidade, crianças e jovens são constantemente sentenciados por seus comportamentos e tarefas. Formal ou informalmente, cada vez que a criança brinca, fala, responde ou faz tarefas, está sendo observada e julgada por seus professores. (HOFFMANN p.69)

Outro problema que tem gerado angústia e sensação de injustiça são o que Hoffmann chama de “arbitrariedade na atribuição de graus e conceitos” estabelecidos através da subjetividade do professor. A autora coloca como exemplo o caso do professor que afirma que só irá corrigir e atribuir nota quando tiver todos os trabalhos em mãos que apenas quando tiver um parâmetro conseguirá “dar a nota”.

Curiosamente, a arbitrariedade desse procedimento parece ser resultante de uma necessidade do professor colecionar dados preciosos do aluno, sem se dar conta que a imprecisão e a injustiça ocorrem justamente ao uso equivocado da medida em educação. (HOFFMANN, 1998, p. 49, 50)

Infelizmente é criado um escalonamento dos estudantes a partir de uma subjetivação do que é um “aluno nota dez” conferindo a quem teve um resultado diferente posições menores.

Nesse sentido, essa prática contribui para que os estudantes tenham entre si uma relação de competição e individualismo prejudicando as relações afetivas e o clima de bem-estar que são importantíssimas, como afirma Wallon (1968), para que haja aprendizagem.

Outra questão importante trazida por Hoffmann (1998) é a respeito da medição do conhecimento através da nota. “Os educadores aceitam e reforçam o velho e abusivo uso das notas, sem percebê-lo como um mecanismo privilegiado de competição e seleção nas escolas”. Reforça a cultura do número, uma captura das subjetividades através da nota. Uma foto não consegue retratar toda a complexidade que é o homem, tampouco um dado matemático por si só. É necessário mais que isso para um compromisso com a verdadeira aprendizagem dos estudantes.

A avaliação segundo a abordagem transdisciplinar: algumas discussões

Antes de falarmos sobre uma avaliação transdisciplinar, é importante situarmos do que trata-se essa abordagem. A transdisciplinaridade é uma resposta ao positivismo de Descarte que colocou o ser humano e a sociedade em um plano cartesiano (FERREIRA, 2016, p 30).

A racionalização implica a exclusão de elementos não racionais e evidencia a relevância de elementos tecnocratas. A ideia de que a razão é a única faculdade humana com condições de compreender e explicar a verdade, é refutada pela complexidade, na medida em que outras faculdades humanas são elementos fulcrais a compreensão e a explicação do real e da realidade e por isso não devem ser submissas a análises abstratas (FERREIRA, 2016, p. 26)

Os estudos de Nicolescu (2018), Morin (2010), Moraes (2006) e Ferreira (2007) revelam as bases da transdisciplinaridade: a complexidade, os níveis de realidade e a lógica do terceiro incluído. A complexidade ou “*complexus*” é segundo Ferreira (2016, p. 23) “a matriz

etimológica da palavra complexidade, significa relação, conexão, junção, inter-relação, interconexão.” Neste caso, a avaliação está em uma teia de relações que não pode ser entendida isoladamente.

Falar de uma avaliação transdisciplinar é falar também em níveis de realidade. Segundo Nicolescu (2008) a realidade resiste às conjecturas, ela rejeita às especulações. A avaliação é variável, não um dado exato, uma receita. Ela se transforma diante dos mais diferentes níveis de realidade por isso é importante não pensarmos em uma avaliação submissa e acabada.

De um ponto de vista transdisciplinar, a avaliação, portanto, é um processo que busca auxiliar tanto o ensino quanto às aprendizagens, não é prescritiva, não é determinista, não é exclusivamente classificatória e nem somatória, fundamenta-se em aportes sociais, históricos, culturais, geográficos, linguísticos, afetivos, biológicos e espirituais na medida em que é materializada em sala de aula, por isso, podemos relacionar que instrumentos de avaliação exclusivamente mnemônicos, tais como provas conceituais, sabatinas, ditados orais são mais de uma abordagem disciplinar do que de uma abordagem transdisciplinar. (FERREIRA, 2016, p 31)

Nesse sentido, a avaliação deve carregar em si a semente do terceiro incluído, pois “ a lógica do termo T “consegue ser, num mesmo tempo, duas coisas, sem que essas duas coisas se excluam, ainda que aparentemente se contradigam.” (FERREIRA, 2016, p 31). A avaliação nessa abordagem é vista como uma incerteza, um movimento que não está acabada em si mesma, representa um dado da realidade, mas não é capaz de representar o todo.

A abordagem transdisciplinar nos ajuda a perceber que a avaliação é uma constante de aprendizagem, de (re)planejamentos, um “refazimento” de si e do outro. Hoffmann (1998) afirma que “a avaliação deve significar justamente a relação entre dois sujeitos cognoscentes que percebem o mundo através de suas próprias individualidades, portanto, subjetivamente. O que importa é dinamizar essa relação ao invés de aproximá-la da precisão das máquinas. ”

Os instrumentos avaliativos, segundo a ótica transdisciplinar, serão utilizados sempre de modo contextual e dialógico, logo, há certos instrumentos - prova objetiva por exemplo - que nem sempre darão conta dos aspectos multidimensionais e multirreferenciais que estão presentes numa realidade complexa. Nesse sentido, debates, estudos coletivos, portfólios, atividades corpóreas, utilização de filmes, de músicas, serão possibilidades mais amplas as quais poderão ajudar mais nos processos de ensino quanto das aprendizagens. (FERREIRA, 2016: 31, 32)

A avaliação transdisciplinar é um grande passo para uma possibilidade de mundo diferente, e promoção de bem-estar e saúde mental. Neste sentido, acredita-se que a avaliação da aprendizagem transdisciplinar pode ser uma proposta não só de compreensão a respeito da aprendizagem dos estudantes, mas também um ponto de reelaboração de vida exigindo do estudante e o professor uma organização mental e de elaboração desde a avaliação diagnóstica

até as avaliações finais. Permitirá melhor organização do tempo, valorização das subjetividades e do coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa os teóricos apontam é preciso começar a discutir nosso modelo de sociedade não apenas a avaliação. É preciso discutir como o modelo disciplinar não dá conta da integralidade do ser humano e como a avaliação da aprendizagem tem ferido os nossos estudantes. É preciso ir além na tarefa de avaliar nossos alunos, é imprescindível saber que nosso sistema de avaliação contribui também para a falta de bem-estar dos nossos discentes.

Como diz Perrenoud, nos parece um duplo trabalho ter que avaliar formativamente e disciplinarmente uma vez que a sociedade ainda nos exige esse tipo de avaliação. Porém, concordamos com o autor quando diz que começarmos a refletir sobre isso e tentarmos mudar o sistema já é um grande passo. Avaliar é uma tomada de decisão. Há ganhos, há riscos. É preciso decidirmos em fazer uma avaliação da aprendizagem que contribua para uma vida mais saudável, sem competições e mais solidária

REFERÊNCIAS

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C.C.de A.; MACEDO, M. **O método da Revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Revista Eletrônica Gestão e Sociedade. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: v. 5. N.º 11. Maio/Agosto. 2011.p. 121-126. Disponível em: <<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220/906>> . Acesso em 20 setembro de 2019.

FERREIRA, Hugo Monteiro. **A literatura na sala de aula: uma alternativa de ensino transdisciplinar.** (Tese doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN – 2007).

_____, Hugo Monteiro. **Educação escolar e Transdisciplinaridade.** Revista Encontros de Vista, 4a ed. 4, p.1-10, 2009. Semestral. Disponível em: <http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/artigo_1.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2016.

_____, Hugo Monteiro; LIRA, Cynthia Ferreira de; AMARAL, Gustavo César Barros. **Ecoformação, Complexidade, Transdisciplinaridade: A prática pedagógica para além da racionalidade simplificadora.** In: VIII Colóquio Internacional Paulo Freire, 2010, Recife.

FREITAS, Lima de; MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab. **Carta da Transdisciplinaridade.**

In.: CETRANS. Educação e Transdisciplinaridade. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>> Acesso em 04 de maio de 2016. p. 167 - 171.

KORCZAK, Janusz. **Quando eu voltar a ser criança.** Yan Michalski (Trad.). 1. ed. São Paulo: Summus, 1981. 218 p.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. **Lei nº 9.394.** 1996. Disponível em: Acesso em março de 2010

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MAFESOLLI, Michel. **Elogio da razão sensível.** Albert Christophe Migueis Stuckenbruck (Trad.). Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

MORAES, Maria Cândida; NAVAS, Juan Miguel Batalloso (colab.). **Transdisciplinaridade, criatividade e educação: Fundamentos ontológicos e epistemológicos.** Campinas, SP: Papyrus, 2015. (Coleção Práxis)

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** Eliane Lisboa (Trad.). Porto Alegre: Sulina, 2015. 120 p. 16.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da Transdisciplinaridade.** São Paulo: Triom, 1999. 168p.

_____, Basarab. **Um novo tipo de conhecimento – Transdisciplinaridade.** In.: CETRANS. Educação e Transdisciplinaridade. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>>

org/images/0012/001275/127511por.pdf> Acesso em 04 de maio de 2016. p. 09 - 25.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação: da excelência à regularização das aprendizagens: entre duas lógicas.** Porto Alegre, Artmed, 1998.

SANTOS, Anna Karoline Ribeiro; MINEIRO, Henrique Gonçalves; CRUZ, Lucas Caldeira Ribeiro; SANTOS, Luiz Gustavo Rocha; SILVEIRA, Marise Fagundes; PINHO, Lucineia de. Síndrome de burnout e estilo de vida em estudantes de ensino médio. **Síndrome de burnout e estilo de vida em estudantes de ensino médio**, [s. l.], 21 jun. 2019. http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1647-21602019000100003&lang=pt.

SOUZA, Simoni Jacomini de; SILVA, Karina Barreto da. DE QUEM É A RESPONSABILIDADE PELO FRACASSO ESCOLAR?. **POLEMICA**, [s. l.], p. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/39423/27658>, 1 jul. 2018. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/39423/27658>.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança.** Lisboa: Edições 70, 1968.